

## EDITORIAL

A revista *Enfrentamento* número 22 traz aos leitores debates e combates sobre burocracia e luta de classes. Dada a amplitude do assunto, haverá ainda outra edição dedicada ao problema da burocracia como classe social e suas práticas de regularização social, quando classe auxiliar da burguesia, ou práticas contrarrevolucionárias, quando presentes em variadas perspectivas pseudomarxistas.

A burocracia como classe social se apresenta nas lutas de classe. Sua gênese como entrave para o avanço do proletariado revolucionário, ou seja, da autogestão social como resultado das lutas autogestionárias, pode ser demarcada em vários momentos da história. Um deles, privilegiado, é a chamada revolução bolchevique, ou melhor, contrarrevolução bolchevique, contrarrevolução da classe burocrática.

Celebrada por grupos e instituições pseudomarxistas ao longo do ano de 2017, pela efeméride do seu centenário, o que a contrarrevolução bolchevique tem a nos oferecer? A experiência do proletariado revolucionário e dos soviets, bem como as lamentáveis heranças – “a tradição dos mortos que oprime o cérebro dos vivos” – do bolchevismo.

A contrarrevolução bolchevique consistiu no embate entre partido bolchevique e conselhos (soviets) ao longo dos anos 1917-1922, entretanto, sua gestação vinha há tempos, e esteve relacionada à maturação e hegemonia da vertente leninista no interior do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo). Ao vencer as tendências que disputavam o movimento operário russo entre as décadas de 1890 e 1910, o bolchevismo de Lenin, numa interpretação equivocada da concepção de ditadura do proletariado, renomeada como “período de transição”, com seu golpe de estado de outubro de 1917 – entrementes todas as dificuldades relacionadas ao pós-guerra e às tentativas de retomada do poder estatal pela burguesia nacional e internacional, aristocracia e monarquia russa, bem como à fome e às expectativas revolucionárias dos trabalhadores da cidade e do campo –, dá início à ditadura contrarrevolucionária de esgotamento das experiências autogestionárias que vinham acontecendo nos soviets ou conselhos de operários e de soldados.

Experiências essas que poderiam ter caminhado em direção a um autogoverno dos produtores ou autogestão social.

Dado que o estudo crítico do passado é determinado pelas questões levantadas no presente, e que toda escrita da história possui uma perspectiva de classe, os textos que trazemos no presente número estão construídos pelos enfrentamentos do proletariado revolucionário, em contraposição às posições da burocracia (bolchevismo), e da burguesia (liberalismo, conservantismo). As três perspectivas disputam as heranças sobre a revolução russa, bem como a luta de classes contemporânea.

O artigo *A contrarrevolução bolchevique na Rússia e o processo de burocratização dos soviets*, de Oskar Anweiler, tradução de trecho da obra *Los Soviets en Russia (1905-1921)*, por Edmílson Marques, apresenta como diferentes grupos lutaram contra tal processo. Ao descrever os conflitos dos socialrevolucionários de esquerda, socialrevolucionários de direita, socialrevolucionários maximalistas, mencheviques, comunistas revolucionários, comunistas populares e vários grupos anarquistas diante dos bolcheviques, o autor narra o processo pelo qual, no campo e na cidade, deu-se o fortalecimento dos últimos, pela “*continuação de velhas teses e formas de ação, como foram expostas e realizadas por Lenin desde o início de sua carreira política, logo, no início de 1905 e, sobretudo, no decorrer da Revolução de 1917*”. Ainda segundo Anweiler, “*com o triunfo do bolchevismo, a ideia conselhistas foi fundamentalmente alterada: de órgão da autonomia proletária e portadores de uma democracia radical, os conselhos russos se converteram em órgãos de direção de massas pela elite do partido.*”

No artigo *As revoluções russa e alemã: a questão do estado, dos partidos, dos sindicatos e dos conselhos operários*, Lucas Maia contribui para a expansão e aprofundamento desse debate ao traçar comparações entre as formações sociais russa e alemã, com reflexões sobre as semelhanças e diferenças de seus respectivos processos revolucionários e contrarrevolucionários. A partir da questão da organização e da estratégia revolucionárias, investiga como os sovietes tiveram papel de destaque em cada um desses países, bem como sindicatos, partidos e forma estatal se apresentaram como freios à revolução, no caso, mais sólidos na Alemanha

do que na Rússia. Ao apresentar o debate entre Lenin e Herman Gorter, bem como textos de Otto Ruhle e Anton Pannekoek, Lucas Maia traz à tona lições do passado, como a de que “os conselhos operários, organizações de fábrica, uniões operárias se repetiram em várias experiências posteriores”, para defender a tese de que “conhecer os significados das organizações dos trabalhadores ao longo de sua história de luta é ponto de partida fundamental para qualquer militante na contemporaneidade. Não repetirmos os mesmos erros é a tarefa de todo militante. Que cometamos outros erros, não os mesmos.”

A luta de classes permeada pelo processo de burocratização da contrarrevolução bolchevique se deu também na educação e escolarização. No texto *A escola do trabalho de Moisey Pistrak (1918-1929): crítica da educação politécnica bolchevique*, Ricardo Golovaty sintetiza os diferentes aspectos da chamada escola do trabalho de Pistrak, para demonstrar como reproduzia-se teses do partido bolchevique e de Lenin sobre a escolarização para a “nova” divisão do trabalho, correspondente aos papéis subalternos dos trabalhadores para a construção da União Soviética. Considerando que no Brasil contemporâneo há um movimento de publicação e reflexões sobre os pedagogos soviéticos, entre eles Pistrak, o autor alerta para a importância da perspectiva crítica e autogestionária sobre os mesmos, bem como procura apresentar elementos de superação das teses bolcheviques sobre educação e revolução, e educação politécnica, a partir de elementos da pedagogia autogestionária.

O ensaio *Leninismo e dominação burocrática: os escritos de Lênin acerca do Taylorismo*, de autoria de Aline Ferreira e Gabriel Teles, compõe parte de um projeto maior dos autores, quanto à crítica autogestionária de Lênin, ou melhor, da “ideologia leninista e seus desdobramentos contrarrevolucionários na luta pela transformação social a partir do movimento operário”. Nesse trabalho, os autores partem da “mentalidade burocrática” de Lênin para descortinarem os meandros pelos quais o líder bolchevique foi alterando suas concepções acerca do taylorismo ao longo dos anos 1913, 1914 e 1918, segundo os seus interesses. Partindo de uma bela síntese sobre a contrarrevolução bolchevique e sobre a natureza do taylorismo, chegam às concepções oportunistas de Lênin, numa crítica mordaz ao mascaramento que

tentou desenvolver quanto ao taylorismo como método capitalista de extração do mais-valor relativo, coerente com seus objetivos sobre o futuro da União Soviética. Nesse sentido, a crítica da questão da organização do trabalho em Lênin se desdobra numa visão sintética da totalidade do bolchevismo e da formação social que objetivaram construir, ao deixarem de lado a perspectiva revolucionária de que “*não é possível criar o novo reproduzindo o velho*”.

Fechando esta edição, temos o ensaio de Marcus Vinícius C. da Conceição, *Ditadura do proletariado: visões e revisões de uma querela marxista*. Segundo o autor, as interpretações e lutas em nome do conceito de ditadura do proletariado “*correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou (...) resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.*” O autor estuda os casos russo, alemão e italiano. Quanto à Rússia soviética, afirma que os bolcheviques criaram uma interpretação na qual a ditadura do proletariado se apresenta como forma de governo, estatal, não como forma de sociedade. No caso alemão, estudado a partir de Max Adler e Rosa Luxemburgo, a ditadura do proletariado é apresentada como síntese entre conselhos operários e democracia operária, portanto, mais próxima da concepção de Karl Marx. Por fim, o caso italiano, lido segundo textos de Antonio Gramsci, procurou uma síntese entre conselhos operários e partido comunista, resultando então em específicas contradições e limites. O autor conclui o ensaio alertando para a necessidade de atenção aos sentidos do conceito e sua evolução em Marx, para que não se cometam erros, tais como o da contrarrevolução bolchevique.

Esperamos que os textos reunidos neste volume contribuam para o avanço da luta cultural e autogestionária, rumo ao autogoverno dos produtores. Contra o estado e o capital, só nos resta o enfrentamento!